

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

Landressa Schiefelbein

ISBN 978-85-7221-581-7

2026

Luís Rodolfo Cabral

DISCURSO DE POSSE DO GOVERNADOR FLÁVIO DINO: ETHOS REPUBLICANO EM CONTEXTO DE RUPTURA POLÍTICA NO MARANHÃO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-581-7.5

RESUMO:

Este artigo analisa o discurso de posse de Flávio Dino ao governo do Maranhão, proferido em 1º de janeiro de 2015. A partir da Análise do Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva, da qual mobiliza as noções de ethos discursivo e cenas da enunciação, o objetivo é investigar os mecanismos discursivos de construção da imagem de si nessa fala pública. A análise evidencia que o discurso administra a tensão entre ruptura política e estabilização institucional, produzindo um ethos republicano sustentado menos por autodeclarações e mais pelo modo de dizer.

Palavras-chave: ethos discursivo, fiador, cenografia, Flávio Dino.

INTRODUÇÃO

O discurso político de posse constitui um momento privilegiado para a análise dos processos de construção do ethos, na medida em que articula, de forma concentrada, ritual institucional, legitimação do poder e projeção de um horizonte de ação futura. Trata-se de um gênero fortemente normatizado, no qual o enunciador não apenas assume formalmente um cargo, mas também produz uma imagem de si capaz de sustentar simbolicamente o exercício do poder que se inicia. Nesse sentido, o discurso de posse não se limita a uma fala protocolar: ele funciona também como produção discursiva na qual se registram expectativas e se delineiam princípios de governo a se instaurar.

No caso do discurso de posse de Flávio Dino¹ ao governo do Maranhão, proferido em 1º de janeiro de 2015, essa dimensão adquire relevância particular. A posse marca a interrupção de um longo período de hegemonia política associada à família Sarney, cuja influência sobre o Executivo estadual se estendeu, direta ou indiretamente, por décadas. A chegada de um governador identificado com a oposição a esse grupo configura, portanto, uma mudança significativa no cenário político do estado, produzindo expectativas de ruptura e redefinição de práticas de governo.

É nesse contexto que o discurso de posse se torna especialmente produtivo para a análise discursiva. Diante da necessidade simultânea de afirmar a mudança e de garantir estabilidade institucional, buscamos interpretar mecanismos discursivos pelos quais, nesse discurso, é construída a imagem de um governante legítimo e democraticamente eleito, evidenciando se e de que modo essa imagem inaugura um novo ciclo na cena política maranhense.

1 Desde 2023, é ministro do Supremo Tribunal Federal. Atuou como professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Maranhão. Foi juiz federal de 1994 a 2006. Em 2007, elegeu-se deputado federal; em 2015, elegeu-se governador do Maranhão, reeleito em 2018; em 2022, elegeu-se senador, tornando-se ministro de Justiça do governo Lula no ano seguinte.

Ancorado teoricamente na Análise do Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva, este texto² mobiliza particularmente as noções de cenas da enunciação e de ethos discursivo, elaboradas por Maingueneau. Além desta introdução, o texto contempla ainda outras três seções: a discussão teórica, a apresentação do corpus seguida da análise, e as considerações finais.

CENAS DA ENUNCIÇÃO E ETHOS DISCURSIVO

Este texto sustenta-se na Análise de Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva, que concebe o discurso a partir de, pelo menos, duas ideias-força: *i)* ele é assumido no bojo do interdiscurso; e *ii)* é assumido por um sujeito (Maingueneau, 2015).

Sobre a primeira ideia-força, a perspectiva enunciativo-discursiva não aborda o discurso como unidade relativamente autônoma, mas como intrinsecamente atravessado por outros discursos – anteriores, concorrentes ou simultâneos. Considera-se que nenhum discurso se produz a partir do zero: ele sempre se inscreve em uma rede de dizeres pré-existentes que o condicionam, orientam e limitam, mesmo sem marcação explícita dessa relação, dado que “para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras” (Maingueneau, 2015, p. 28).

Assumir primado do interdiscurso implica reconhecer que ele precede logicamente o discurso individual, pois fornece o espaço de possibilidades em que um dizer pode emergir. Em outras palavras,

2 Este texto é uma versão ampliada e reelaborada da apresentação intitulada “A construção da identidade de Flávio Dino no discurso de posse: cenografia e ethos”, realizada durante o I Congresso Nacional de Linguística Aplicada, na Universidade Federal do Maranhão, em 2018.

o interdiscurso não é um acréscimo interpretativo posterior, mas uma condição de existência do discurso, já que define o que pode ou não ser dito, quais posições são reconhecíveis, quais valores são mobilizáveis e quais sentidos são inteligíveis em um dado momento histórico.

A segunda ideia-força relaciona-se ao fato de que o discurso é apreendido como uma materialidade simultaneamente linguística e histórica, regida por normas relativamente estáveis, que produzem sentidos não preexistem ao dizer. Por esse prisma, compreende-se que o discurso é assumido por um sujeito, sem que isso implique concebê-lo como origem adâmica de sua própria fala, uma vez que ela é determinada pelo dispositivo de comunicação do qual provém; o discurso, afinal, está relacionado a um "sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário" (Maingueneau, 2015, p. 27, grifo no original).

Essa apropriação enunciativa desdobra-se na noção de cenas da enunciação. Tomado emprestado do domínio teatral, o termo "cena" remete ao caráter encenado da atividade discursiva, segundo a qual todo o discurso constrói uma representação de sua própria situação de enunciação e, simultaneamente, a válida por meio de seu próprio funcionamento. Com efeito, "o discurso pressupõe certo quadro, definido pelas restrições do gênero, mas também deve gerir esse quadro pela encenação de sua enunciação" (Maingueneau, 2015, p. 117).

As cenas da enunciação articulam concomitantemente três dimensões enunciativo-discursivas: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante corresponde ao grande domínio discursivo ao qual o texto se filia (por exemplo: discurso político, religioso, jurídico, científico etc.). Ela define um horizonte enunciativo da legitimidade do dizer, estabelecendo quem pode falar, sobre o quê e em quais condições gerais. Trata-se de um enquadramento bastante

amplo, social e institucionalmente reconhecido, que confere ao discurso um primeiro nível de inteligibilidade e aceitabilidade.

A cena genérica diz respeito ao gênero do discurso, entendido aqui como dispositivo histórico e institucionalmente estabilizado. Cada gênero impõe coerções específicas: organização do texto, papéis desempenhados pelos enunciadores, lugar apropriado para a circulação, entre outros. A cena genérica funciona como um conjunto de normas implícitas, da ordem do gênero, que orientam tanto a produção quanto a interpretação do discurso a partir de determinadas “condições de êxito” (Maingueneau, 2015), próprias de cada gênero.

Essas duas primeiras dimensões correspondem ao “quadro cênico” e elas não bastam para explicar a singularidade de cada enunciação, sendo a cenografia aquela que corresponde à cena de fala propriamente dita, construída pelo próprio discurso. Diferentemente da cena englobante e da cena genérica, que são relativamente estáveis e anteriores à enunciação, a cenografia é produzida no e pelo discurso, coadunando a ideia de que “enunciar não é apenas ativar normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação” (Maingueneau, 2015, p. 122). Em outras palavras, a noção de cenografia designa a maneira específica pela qual o discurso encena sua própria situação de enunciação, configurando posições enunciativas e tempo e espaço discursivos

Na dimensão discursiva elaborada pela cenografia, articulam-se quatro coordenadas (EU-TU-AQUI-AGORA), correspondendo respectivamente a enunciator, coenunciador, topografia e cronografia. O enunciator é a posição discursiva do sujeito que fala, e que não se confunde com o indivíduo empírico, pois o mesmo sujeito pode ocupar diferentes posições enunciativas em discursos distintos. O coenunciador designa a figura do destinatário tal como ela é construída pelo discurso, pouco relacionada com o público efetivo da produção discursiva, mas com aquele projetado pela própria enunciação. A topografia corresponde ao espaço da enunciação, ou

seja, o lugar de fala discursivamente construído. E, finalmente, a cronografia participa da cena da enunciação ao situar o dizer em uma determinada relação temporal com o passado, o presente e o futuro.

Da cenografia deriva a imagem que o sujeito propõe para si no próprio discurso, o denominado *ethos* discursivo. Na perspectiva teórica adotada neste texto, *ethos* "é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma 'imagem' do locutor exterior à sua fala" (Maingueneau, 2008a, p. 17), que se apoia em diversas marcas, dentre as quais destacam-se: escolhas lexicais, organização sintática, modalidades enunciativas, formas de argumentação e posicionamento em relação ao coenunciador.

Na constituição do *ethos* discursivo, distinguem-se duas categorias: *ethos* dito e *ethos* mostrado. O *ethos* dito corresponde às declarações explícitas do enunciador sobre si mesmo e pode ser apreendido por enunciados autoatributivos presentes na própria fala do discurso. Já o *ethos* mostrado é construído de forma indireta, menos explícita, pois se manifesta nas escolhas linguísticas, na organização argumentativa e na maneira pela qual o enunciador é interpelado.

Distinguir essas duas facetas do *ethos* não implica que elas se anulem, pois "essa distinção é semelhante à dos pragmatistas entre *mostrar* e *dizer*: o *ethos* discursivo mostra-se no ato de enunciação, não é dito no enunciado" (Maingueneau, 2018, p. 323, grifado no original). Sendo assim, *ethos* discursivo não se reduz ao que o enunciador diz sobre si, mas envolve, sobretudo, o modo como ele diz, pois "o enunciador deve se conferir e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar seu dizer" (Amossy, 2008, p. 16).

A noção de *ethos* discursivo afasta-se daquela relacionada à persuasão por argumentos, tal como compreendido pela Retórica, pois foca no processo de adesão dos sujeitos a certos discursos. Pode-se chamá-la de uma concepção "encarnada", sendo

uma dimensão discursiva que recobre não apenas o verbal, mas também a instância discursiva responsável por garantir a sua credibilidade, o fiador.

Diferentemente do sujeito empírico que fala, o fiador é uma entidade discursiva que emerge da própria cena enunciativa como suporte do dizer, dotada de caráter e corporalidade, pois a enunciação é se volta “para um coenunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um certo universo de sentido” (Maingueneau, 2008b, p.73). Nesse sentido, a noção de fiador está diretamente vinculada ao conceito de incorporação, de modo que o destinatário constrói essa instância discursiva dotada de propriedades físicas e psicológicas “apoando-se sobre um conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos que a enunciação contribui a fortalecer ou a transformar” (Maingueneau, 2018, p. 322).

Considerando o papel do fiador no funcionamento do ethos discursivo, distinguem-se três dimensões analiticamente articuladas, cuja relevância e hierarquização variam conforme o tipo de discurso e a materialidade considerada. A dimensão categorial refere-se aos papéis discursivos assumidos pelo enunciador em uma dada cena de enunciação, socialmente reconhecíveis e relativamente estabilizados. A dimensão experiencial corresponde às caracterizações sociopsicológicas associadas ao fiador do discurso, inferidas a partir da maneira de dizer, da corporalidade, da gestualidade e da cenografia. Por fim, a dimensão ideológica diz respeito às posições assumidas pelo enunciador no interior de um campo discursivo específico – no caso, o campo político –, não se reduzindo a filiações partidárias explícitas, mas envolvendo valores, prioridades e modos de conceber a ação pública. De todo modo, é importante compreender que, para caracterizar o ethos, os “analistas filtram de maneira drástica os elementos que eles julgam pertinentes em função do gênero e do tipo de discurso” (Maingueneau, 2018a, p. 322).

O ETHOS DISCURSIVO NO DISCURSO DE POSSE DE FLÁVIO DINO

A pesquisa inscreve-se no campo da Análise do Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva, adotando os critérios metodológicos do empreendimento teórico elaborado por Dominique Maingueneau.

O *corpus* é constituído pelo discurso de posse de Flávio Dino como governador do Maranhão, proferido em 1º de janeiro de 2015³. As linhas do texto foram enumeradas para facilitar a identificação das marcas enunciativas e das escolhas lexicais.

Para uma primeira entrada de análise do *corpus*, iniciamos pela definição do quadro cênico (Maingueneau, 2015). A cena englobante é a do campo político, o que impõe certas coerções ao discurso, sendo a afirmação da legalidade democrática e a valorização das instituições talvez as mais significativas. Quanto à cena genérica, ela é a de um discurso de posse, proferido no Parlamento estadual, espaço que simboliza a mediação entre o Executivo e a sociedade. Essa configuração é também determinada pelo próprio gênero e, de certo modo, obriga o enunciador a reconhecer o Legislativo como parceiro legítimo da enunciação. Essa interpretação corrobora a hipótese de que, mesmo que o co-enunciador “não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de ethos” (Maingueneau, 2008b, p. 71).

O coenunciador é marcado na cenografia a partir de expressões que enfatizam sua função representativa (*“representantes do nosso povo, das nossas regiões e cidades, dos mais diferentes segmentos sociais”* – linhas 2 e 3). Essas expressões ampliam o alcance

3

A íntegra do discurso está no final deste texto e pode ser encontrada no seguinte link: <https://vermelho.org.br/noticia/256426-1>.

do coenunciador, não se restringindo aos deputados presentes, mas também ao conjunto da sociedade maranhense que eles simbolizam. Assim, o discurso constrói uma cena em que, embora o destinatário imediato seja a Assembleia Legislativa, emerge como instância interlocutória indireta o povo do Maranhão, funcionando como horizonte último do dizer.

Quanto ao papel do enunciador, tem-se o lugar de governador empossado — *"venho a essa Casa tomar posse como governador do Maranhão"* (linha 1) —, mas rapidamente complexifica esse posicionamento ao evocar uma experiência anterior: *"Fui também parlamentar"* (linha 6). Ao remeter à trajetória política anterior, o enunciador convoca para si uma imagem já disponível no espaço público: a de um sujeito que conhece o funcionamento do Legislativo e que já esteve submetido às regras do debate parlamentar. Nesse sentido, pode-se falar em ethos prévio (Maingueneau, 2018a), que, no caso, funciona como recurso de legitimação do dizer em que o chefe do Executivo se posiciona como ex-parlamentar para evocar a expertise política de quem não somente já venceu nas urnas em outra oportunidade, mas também pertenceu àquele Poder, ainda que em outra esfera.

A coordenada enunciativa de lugar se marca pelas referências espaciais (*"essa Casa"*, *"esse Parlamento"* e *"essa instituição"* – linhas 2, 4 e 5, respectivamente), as quais, embora remetam a espaços físicos concretos, constroem também uma topografia de espaços simbólicos de poder e de função. Quanto à coordenada enunciativa de tempo, ela busca articular o presente do ritual de posse a um futuro de compromisso presente, notabilizado especialmente pelo uso dos verbos no futuro presente do indicativo (*"Digo isso para firmar um compromisso"*, *"não haverá distinção"*, *"jamais olharemos"* – linhas 10 e 15), os quais projetam e condicionam uma cronografia de ação governamental distinta do presente da enunciação.

No que se refere às escolhas lexicais, nota-se que elas organizam o discurso em torno de três valores – institucionalidade,

democracia e racionalidade administrativa –, depreendidos a partir de termos como *Parlamento*, *instituição*, *República*, *ambiente democrático* e *legitimidade*. Essas escolhas lexicais deslocam o foco do indivíduo para as estruturas do Estado, de modo que o governador eleito aparece menos como sujeito singular e mais como agente de uma ordem institucional. Ainda sobre as escolhas lexicais, chama a atenção a presença de termos técnico-administrativos, visível na enumeração de critérios como "*pertinência*", "*viabilidade financeira*", "*adequação constitucional*" e "*benefícios*" (linhas 12-13), que introduzem na cena certa racionalidade, afastando decisões baseadas em alinhamentos partidários ou interesses pessoais. A ação governamental é, pois, apresentada como resultado de critérios objetivos e verificáveis.

Considerando o princípio do primado do interdiscurso, podemos depreender um discurso antagônico que o discurso de posse rejeita, pois, pelas escolhas lexicais, sinaliza-se uma oposição a práticas políticas associadas à personalização do poder e conflitos entre interesses públicos e privados, embora esses aspectos não sejam claramente nominados.

Interpretamos que a não nomeação de adversários ou grupos políticos de oposição é um elemento de organização do discurso de respeito às regras democráticas e de conciliação, o qual o enunciador busca construir, de modo que a recusa em os nomear implica rejeição ao confronto e, ao invés disso, reitera a estabilização institucional. Essa cenografia reconfigura o contexto de ruptura política como reafirmação da democracia e do funcionamento regular das instituições, correspondendo a uma fala conciliatória que advém da própria enunciação – "qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente" (Maingueneau, 2008b, p. 75).

Notamos que, ao invés de personalizar a oposição, o enunciador organiza o discurso por meio de uma oposição lexical marcada

por termos mais abrangentes, que correspondem a marcadores temporais (*"Era dos favores"* x *"Era de Direitos"* – linha 38), princípios de gestão pública (*"lógica patrimonialista"* x *"igualdade perante as leis"* – linhas 42 e 34) e ética (*"cooptação"* x *"competição livre e aberta"* – linhas 39 e 34). Igualmente, essa dualidade também se manifesta na recorrência de marcadores de universalidade – *"todo o povo"*; *"todos, sem exceção"*; *"governador de todos os maranhenses"* (linhas 17, 118 e 118, respectivamente).

Por essas escolhas lexicais, emerge um fiador que rejeita a lógica amigo/inimigo e constrói a política como espaço de universalização de direitos, afastando-se das preferências particulares do governante. Fortalece essa imagem o enunciado das linhas 6-7, em que o operador "mas" enfatiza a insistência sobre o respeito à pluralidade política. O mesmo ocorre com o uso da negação absoluta (linhas 14 e 15), que funciona como um marcador da polêmica instaurada entre os dois discursos: o enunciado pode ser interpretado como uma retomada do discurso sobre "cor partidária" como critério relevante de ação política. Esses mesmos operadores de negação projetam a imagem de um governante guiado pelo princípio de que a ética é inegociável.

O ethos construído no discurso de posse sustenta-se no contraponto estabelecido com discurso rejeitado. O ethos ético e republicano, incorporado no fiador, não emerge apenas da adesão abstrata a valores democráticos, mas da necessidade de diferenciar-se de um passado político marcado pela concentração de poder, sem, contudo, produzir um discurso de ruptura agressiva. O enunciatador se apresenta como agente de mudança, porém uma mudança enquadrada pela legalidade, pela institucionalidade e pela moderação.

Observamos que, no discurso de Flávio Dino, o ethos não se constrói prioritariamente por autodeclarações, mas pelo modo de dizer; sobressai, então, o ethos mostrado em relação ao ethos dito. Ao lado do apagamento da personalização do poder, esse

conjunto de marcas linguísticas dá corpo ao fiador, instância que se impõe como origem aceitável do dizer. Nesse caso, corresponde a um agente republicano e um gestor racional. Sobre o primeiro, revela uma autoridade que não deriva de carisma ou pertencimento a grupos específicos, mas do alinhamento às instituições; sobre o segundo, o destinatário é levado a confiar no que o enunciador diz porque o discurso se ancora na objetividade. Em ambos os casos, o destinatário é convocado a apoiar-se em um “conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar” (Maingueneau, 2008a, p. 18).

Paralelamente, o enunciador investe também no papel de mediador por meio do uso do pronome plural em primeira pessoa (linhas 17, 27, 83), que descentraliza o papel individual e o amplia para o coletivo. Em segundo plano, nota-se ainda o apaziguamento dos conflitos políticos com o uso de expressões e verbos que remetem à expressão de sensibilidade e de convicção de um futuro melhor — *“sonhar”, “acreditar nos sonhos”, “cada coração”, “esperança e alegria”*. Essas escolhas lexicais atenuam a sobriedade inicial, humanizando o fiador, sem que ele perca a autoridade da liderança. Desse modo, o fiador amplia a potencialidade da adesão do coenunciador, uma vez que incorpora simultaneamente valores da competência técnica e da autoridade política, alinhados aos da confiança, empatia e esperança.

Sendo assim, partindo desses elementos linguísticos, identificamos as seguintes dimensões que compõem o ethos discursivo no discurso de posse de Flávio Dino. Pela dimensão categorial, nota-se que o discurso constrói um fiador que assume simultaneamente dois papéis centrais: o de governador empossado e o de agente institucional experiente. O fiador emerge, portanto, do imbricamento da figura de um chefe do Executivo estadual legitimado pelo rito institucional da posse e, ao mesmo tempo, de uma personalidade com trajetória política validada pelo voto em outro Poder.

Quanto à dimensão experiencial, ela caracteriza-se por traços como moderação e racionalidade, manifestados pelo uso recorrente de léxico técnico-administrativo quanto pela presença de negações absolutas às práticas políticas de gestões anteriores. Assim, temos uma figura discursiva orientada por critérios objetivos e princípios éticos.

No que se refere à dimensão ideológica, as posições do enunciatador no campo político são assumidas de modo indireto, girando em torno de valores como institucionalidade, pluralismo democrático e impessoalidade. Esses aspectos configuram uma posição ideológica republicana, entendida aqui como um modo particular de conceber o exercício do poder: governar é gerir instituições, respeitar regras e submeter a ação política a critérios universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como objetivo analisar o discurso de posse de Flávio Dino ao governo do Maranhão, mobilizando a categoria de ethos discursivo, a partir da relação com as cenas da enunciação. Sustentada no aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva, a análise evidencia a tensão entre a ruptura política e a estabilização institucional, produzindo um ethos republicano em busca de legitimação para o início de um novo ciclo de poder.

Em primeiro lugar, investigamos as cenas da enunciação, que se mostrou ancorada em uma cenografia endógena fortemente institucional compatível com o gênero discurso de posse e com as coerções do campo político. A cena englobante do discurso político e a cena genérica do pronunciamento no Parlamento estadual impõem limites à enunciação, favorecendo a valorização da legalidade

democrática, das instituições e do equilíbrio entre os poderes. No interior dessas coerções, a cenografia construída pelo discurso articula um enunciador que tanto se apresenta simultaneamente como chefe do Executivo e como agente institucional experiente, além de demarcar um coenunciador ampliado que ultrapassa a Assembleia Legislativa e alcança o conjunto do povo maranhense. Constroem-se também uma topografia simbólica centrada nos espaços do Estado e uma cronografia que combina o presente ritual da posse com um futuro de compromissos públicos.

No plano das escolhas lexicais e das marcas enunciativas, o estudo evidenciou que a presença de termos fortemente associados ao léxico técnico-administrativo desloca o foco da figura individual do governante para as estruturas do Estado, sendo reforçada por operadores de negação absoluta e por pronomes coletivos. Esses elementos linguísticos contribuem para a despersonalização da ação política e para a construção de um ethos mostrado baseado na impessoalidade e na firmeza ética.

Tomando o primado do interdiscurso como princípio teórico, a análise revela que esse discurso de posse se constrói em oposição implícita a um discurso anterior associado à personalização do poder, ao patrimonialismo e ao imbricamento dos interesses públicos com os privados. Marca-se implicitamente uma oposição aos governos anteriores, especialmente aos de Roseana Sarney, a quem costuma-se associar valores personalistas, à maneira de um “messias”, cuja legitimidade se fundamenta menos nas instituições e mais na excepcionalidade do sujeito investido do poder (Cabral, 2013).

Essa oposição, contudo, não se realiza por meio da nomeação de adversários ou da instauração de uma cenografia de confronto. Ao contrário, a interdição dos nomes e grupos políticos específicos funciona como estratégia discursiva de estabilização: a ruptura histórica é reconfigurada como transição institucional, e a mudança política é apresentada como aprofundamento da democracia, e não como

revanche ou negação do passado. Essa interdição corrobora o ethos conciliador investido ao longo da cena enunciativa.

Detalhando o ethos, a análise demonstrou que ele se constrói predominantemente no plano do ethos mostrado, e não do ethos dito. Embora haja declarações explícitas de compromisso e respeito institucional, é, sobretudo, pelo modo de dizer que se produz a imagem de um governante republicano, racional e moderado.

Nesse sentido, mobilizar a noção de fiador foi particularmente produtivo. A partir das três dimensões analíticas, demonstrou-se que: *i*) na dimensão categorial, o fiador articula os papéis de governador empossado e de agente institucional experiente; *ii*) na dimensão experiencial, encarna uma corporalidade simbólica marcada por sobriedade, firmeza ética e controle; e *iii*) na dimensão ideológica, sustenta valores republicanos como institucionalidade, pluralismo democrático, impessoalidade e universalização dos direitos. O fiador emerge, assim, como instância que garante o dizer não por carisma pessoal, mas pela incorporação de um modo de governar reconhecível e validado socialmente pelo compromisso ético e pelo rigor técnico.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. *In*: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008 (p. 8-28).

CABRAL, L. R. **Messias de papel**: a construção discursiva da candidata Roseana Sarney (2009-2010). Curitiba: CRV, 2013.

MAINGUENEAU, D. Retorno crítico à noção de ethos. Tradução de Maria da Glória Corrêa di Fanti. **Letras De Hoje**, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 321-330, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.32914>. Acesso em: 19 dez. 2025.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, D. **A propósito do ethos**. Tradução de Luciana Salgado. *In*: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008a (p. 11-32).

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. Tradução de Sírio Possenti. *In*: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008b (p. 69-92).

ANEXO

1 É com muita honra que venho a essa Casa tomar posse como governador do Maranhão.
2 Essa Casa da qual fazem parte representantes do nosso povo, das nossas regiões e cidades,
3 dos mais diferentes segmentos sociais.
4 Quero nesse ato afirmar o meu mais absoluto respeito a esse Parlamento. Fui também
5 parlamentar, e sei da importância dessa instituição, para que tenhamos um ambiente
6 democrático e saudável, no qual a maioria governe, mas a minoria também tenha a
7 sua voz e a sua legitimidade respeitada. Situação e oposição são dois lados da mesma
8 moeda democrática, cada um deles com importância vital para o bom funcionamento da
9 República.
10 Digo isso para firmar um compromisso: não haverá distinção entre deputados da base do
11 governo, ou da oposição, quando chegar a hora de analisar proposições parlamentares de
12 interesse do povo do Maranhão. Vamos olhar sim para a sua pertinência, para a sua
13 viabilidade financeira, para sua adequação constitucional, para os benefícios que
14 elas podem ou não trazer para a nossa população. Mas nunca, em nenhuma hipótese,
15 olharemos para a cor partidária do seu proponente. Assim como jamais olharemos a cor
16 partidária de nenhum Prefeito quando eles forem ao Palácio dos Leões. Um Prefeito não
17 é mandatário do seu partido, mas de todo o povo da sua cidade, e assim por nós será visto
18 e respeitado.
19 Da mesma forma, como governador do Estado, eu espero, e confio que terei, um
20 comportamento republicano por parte desse Parlamento. Isso significa ter uma oposição
21 que cobre nossos compromissos, que fiscalize os rumos do governo, que denuncie erros
22 quando eles existirem. Mas que não deixe de estender a mão e apoiar as propostas do
23 governo quanto estiverem em jogo os interesses maiores do Estado do Maranhão; quando
24 o que estiver em jogo sejam projetos, obras, recursos que podem diminuir o sofrimento
25 desumano que ainda é impingido ao nosso povo, que podem ajudar a corrigir nossas
26 distorções sociais, fazer uma terra com mais igualdade e mais justiça para todos.
27 O Maranhão disse a todos nós, no dia 5 de outubro de 2014, que quer uma mudança não
28 pelo partido Y no governo.
29 O Maranhão quer uma mudança na arquitetura social da sua política e das instituições. A
30 transição definitiva de uma Era, na qual os traços do patrimonialismo impregnavam todos
31 os aspectos da vida maranhense, para uma efetiva Era de Direitos, de igualdade perante
32 as leis, que devem valer para todos, tanto naquilo que asseguram quanto no que exigem.
33 Uma Era em que a política é uma competição livre e aberta, em que ninguém será

34 perseguido por divergência política. Uma Era em que os empresários se estabelecem por
35 seus méritos e competência, e nada deles será cobrado além do que a nossa legislação
36 prevê. Uma Era em que o acesso aos serviços públicos essenciais seja progressivamente
37 universalizado. Uma Era de Direitos, em substituição à Era dos favores e da utilização da
38 máquina pública como instrumento de cooptação.

39 Essa transição para uma Era de Direitos não é tarefa só do governo do Estado, mas sim
40 um desafio que precisamos vencer juntos, governo e oposição. Até porque, faço questão
41 de realçar: todos nós éramos vítimas dessa lógica patrimonialista. Quem estava na
42 oposição, por razões óbvias. Mas também quem estava no governo. Quantos, mesmo na
43 base do antigo sistema, não foram também por ele vitimados? Vítimas de um sistema que
44 premiava e escolhia os poucos que de fato estariam no seu círculo mais íntimo, que teriam
45 mais favores para seguir seu destino político ou para prosperar nos negócios.

46 Mas o Maranhão, a despeito desses vícios anti-republicanos, amadureceu, e o resultado é
47 que esse velho sistema nada de novo tinha a oferecer, quando a hora da renovação chegou.
48 Eu não quero ser governador para ficar em guerra com o passado, eu quero construir
49 o futuro. Não vou ser governador para transformar os antigos excluídos nos novos
50 protegidos do poder, e nem para fazer dos antigos protegidos os novos excluídos.

51 Acreditem, nós podemos virar juntos essa página do passado, e inaugurar práticas
52 verdadeiramente republicanas no Maranhão. De minha parte, como governador, isso
53 significa tratar a todos os deputados, prefeitos, vereadores, toda a classe política, com o
54 mesmo respeito com que tratarei a todo o nosso povo.

55 Vamos agir cotidianamente no governo com olhos postos no sentido maior da política:
56 construir soluções para a vida das pessoas.

57 O primeiro passo para concretizar as soluções é transcender ao pessimismo daqueles que,
58 em defesa dos seus privilégios de sempre, tentam permanentemente descredibilizar a
59 palavra MUDANÇA.

60 Senhoras e senhores, é preciso SONHAR e ACREDITAR NOS SONHOS.

61 Eu sonhava com esse momento, porque eu acredito no Maranhão. Num mundo em que
62 nações travam guerras por recursos hídricos, nós temos água em abundância.

63 Num mundo em que pessoas morrem por falta de alimentos, inclusive no Maranhão, nós
64 temos boas terras.

65 Nós temos fontes de energia, somos o estado do Brasil que tem o complexo portuário
66 mais próximo dos grandes mercados consumidores do mundo, além de termos o segundo
67 maior litoral do país.

68 Eu acredito que não deve haver contradição entre crescimento econômico e justiça social.
69 Por isso, vamos impulsionar um novo ciclo de crescimento econômico no Maranhão que
70 irá valorizar as vocações locais, integrar esforços de grandes e pequenos, incentivar o
71 desenvolvimento de nosso mercado interno, potencializar nossa posição logística para
72 buscar novos mercados, tudo com respeito ao meio ambiente e às populações tradicionais.
73 Um novo ciclo de desenvolvimento, que finque raízes fortes em nossa terra, será a base
74 da construção de um Maranhão mais justo.

75 Eu acredito na força das novas ideias. Existem muitos exemplos de políticas inovadoras
76 na gestão pública, em diversas áreas, que reverteram situações dramáticas que existiam
77 em outros estados.

78 Eu acredito na capacidade de nossa gente. A ausência de soluções para os grandes
79 problemas do Maranhão é resultado da ausência de oportunidades para que os nossos
80 melhores talentos pudessem trabalhar pelo nosso Estado.

81 Eu acredito na participação popular. Quando, como cristão, eu rezo o Pai Nosso é porque
82 acredito na dimensão do NOSSO. Uma obra tão grande como essa que temos pela frente
83 não pode ser feita por um homem só. Nós faremos o governo com maior participação
84 popular da história do Maranhão.

85 E eu acredito que, usando o dinheiro público com honestidade, dá sim pra fazer muita
86 coisa. Não permitiremos mais que a corrupção continue roubando o futuro do nosso povo.
87 É assim que pretendemos conduzir esse salto do Maranhão em direção a um futuro
88 diferente, em que as imensas riquezas da nossa terra levem prosperidade e justiça para
89 todos. Em que haja paz, em que reine a esperança e alegria.

90 Dando concretude a estas crenças, hoje estou editando 17 medidas – entre projetos de lei,
91 decretos e medidas provisórias, que marcam o início da MUDANÇA desejada pelos
92 maranhenses.

93 Faço especial alusão, neste instante, a algumas dessas medidas.

94 Estamos enviando um projeto de lei a esta Casa, instituindo regras para a transição
95 governamental, para que os próximos governos não sofram as dificuldades que nossa
96 equipe sofreu nos últimos meses. O fim do coronelismo tornará a alternância no poder
97 algo frequente, logo precisamos de regras para que o poder de ontem não tente sabotar as
98 novas escolhas feitas soberanamente pelo povo.

99 Também apresentamos um projeto de lei que visa criar o Programa Mais Bolsa Família –
100 Escola. Se a proposta vier a ser aprovada por esta Casa de Leis, o que desde logo pedimos,
101 os pais e mães mais pobres do Maranhão terão a garantia de recursos básicos para a

102 compra de material escolar dos seus filhos, a cada começo de ano letivo. No Maranhão
103 que queremos, crianças não irão descalças para a escola e têm direito a ter uma mochila
104 com cadernos, lápis, caneta, lápis de cor. E com esses materiais vão poder desenhar e
105 concretizar os seus sonhos.

106 Estamos também, por medida provisória, criando duas importantes Secretarias de Estado.
107 Uma, cuidará da Agricultura Familiar, para que os nossos produtores passem a receber o
108 apoio necessário para voltarem a acreditar no seu trabalho. A outra, a Secretaria de
109 Transparência e Controle, se ocupará das ações preventivas e repressivas atinentes ao mau
110 uso do dinheiro público, fato infelizmente rotineiro.

111 Explicito que, nem no tocante a essas novas Secretarias, nem quanto à reforma
112 administrativa que estamos editando, haverá a criação de cargos novos. Houve mero
113 remanejamento ou transformação de cargos existentes, havendo inclusive a extinção de
114 cargos alocados em Secretarias Extraordinárias antes existentes.

115 Senhoras e senhores, quero agradecer a confiança que recebo hoje de todos os
116 maranhenses. Não só àqueles que estiveram conosco, no pleito eleitoral que já se
117 encerrou, mas a todos, sem exceção. Porque tenho consciência de que o meu dever é ser
118 governador de todos os maranhenses.

119 Porque tenho a certeza de que a generosidade dos propósitos que temos possui uma luz
120 com intensidade suficiente para iluminar cada coração.

121 E porque a grandeza do sonho que temos para o Maranhão precisa da colaboração de
122 todos.

123 Avante, com força e fé.

Luís Rodolfo Cabral

Professor efetivo do Instituto Federal do Maranhão. Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde atualmente realiza estágio pós-doutoral. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão – Campus Bacabal (PGLB). Líder do grupo de pesquisa LinDA – Linguagem e Discursos da Atualidade.

E-mail: rodolfo.cabral@ifma.edu.br.